



REQUERIMENTO Nº , DE 2025.
(Da Sra. Bia Kicis)

Requer a revisão do despacho apostado ao PL 50/2024, de modo a distribuí-lo à Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) também para análise de mérito, preservando-se as distribuições iniciais para as demais comissões.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 139, II, alínea “a” e 32, inciso VI, alínea “e” e “f”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a redistribuição do Projeto de Lei nº 50, de 2024 para que seja incluída a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), no rol das Comissões Permanentes que devem se manifestar sobre o mérito deste Projeto de Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Na qualidade de representante da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado na Câmara dos Deputados, entendo que a proposição em análise trata de matéria de elevada complexidade e impacto direto sobre a dinâmica econômica do setor de petróleo e gás natural, sobre a competitividade do ambiente produtivo, bem como sobre a estrutura de incentivos que molda investimentos no segmento de exploração e produção (E&P). O Projeto de Lei nº 50, de 2024, altera de forma estrutural a metodologia de cálculo dos royalties e da participação especial ao substituir o sistema de preços de referência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pela utilização dos preços de transferência previstos na Lei nº 14.596/2023 — um instrumento tipicamente tributário concebido para regular transações entre partes relacionadas no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

A discussão transcende o campo exclusivamente fiscal e alcança diretamente a ordem econômica, concorrencial, regulatória e de eficiência de mercado, matérias

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253602654300>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Bia Kicis – PL/DF

Apresentação: 04/12/2025 11:47:29.960 - Mesa

REQ n.5424/2025

próprias da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). O sistema de preços de referência vigente é o mecanismo que, ao longo de mais de vinte anos, assegurou previsibilidade, neutralidade concorrencial e aderência ao valor real do petróleo brasileiro no mercado internacional. A fórmula atual captura características físico-químicas das diferentes correntes de petróleo, utiliza benchmarks internacionais reconhecidos e opera com mecanismos de ajuste (escaladores e desescaladores) que refletem variações estruturais do mercado com elevada precisão. Reformas recentes — como a promovida pela Resolução ANP nº 896/2025 — demonstram a capacidade contínua de aprimoramento do modelo, que inclusive projetou incremento anual de R\$ 1,12 bilhão na arrecadação de participações governamentais, reforçando sua eficácia econômica e regulatória.

Além disso, comparações técnicas entre preços de referência e cotações internacionais (Platts FOB Brasil), constantes da Nota Técnica analisada, evidenciam perfeita convergência entre os valores, corroborando a eficiência, transparência e funcionalidade do sistema atual. A substituição dessa metodologia por preços de transferência introduz incompatibilidades severas: periodicidade anual, ausência de granularidade por carregamento, métodos de apuração incapazes de refletir individualmente cada corrente de petróleo e risco de descasamento entre receita efetiva e base tributável. Essas distorções afetam diretamente a competitividade das empresas, a atratividade de investimentos em novos projetos e o ambiente econômico das regiões produtoras.

A proposta também cria riscos de desarranjo sistêmico ao interferir em conceitos tributários internacionais — como o de partes relacionadas — cuja definição é matéria estrita da legislação tributária federal, e não da legislação setorial de petróleo. Tais conflitos regulatórios aumentam insegurança jurídica, elevam custos de compliance e produzem entraves operacionais que repercutem na dinâmica econômica do setor, impactando decisões de investimento e compromissos contratuais de longo prazo.

Dada a natureza integralmente econômica das transformações pretendidas — que afetam competitividade, ambiente de negócios, incentivos à produção, segurança jurídica, projeções de investimento e eficiência operacional — é inequívoco que o mérito da matéria deve ser apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), órgão regimentalmente vocacionado para avaliar proposições com impactos diretos no funcionamento dos mercados, no ambiente concorrencial e na dinâmica produtiva nacional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Bia Kicis – PL/DF

Assim, diante da relevância econômica, regulatória e concorrencial do tema, bem como da necessidade de garantir exame técnico adequado e compatível com o escopo da matéria, solicita-se o reexame do despacho inicial, a fim de incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico entre os colegiados responsáveis pela análise de mérito do Projeto de Lei nº 50, de 2024.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada BIA KICIS
(PL/DF)

Apresentação: 04/12/2025 11:47:29.960 - Mesa

REQ n.5424/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253602654300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

